

POLÍTICAS PÚBLICAS NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: DESAFIOS DE UMA FORMAÇÃO DOCENTE NOS INSTITUTOS FEDERAIS

PUBLIC POLICIES IN PROFESSIONAL AND TECHNOLOGICAL EDUCATION: CHALLENGES OF TEACHER EDUCATION IN FEDERAL INSTITUTES

Recebido em: 10/03/2024

Aceito em: 30/06/2024

Publicado em: 12/07/2024

Lorena Muniz Soares¹ 

Universidade Federal do Amazonas

Marcelle Perpétuo Rodrigues da Sá² 

Universidade Federal do Amazonas

Irvana Góes dos Santos³ 

Universidade Federal do Amazonas

Resumo: Esta pesquisa tem como objetivo compreender os atuais desafios das Políticas Públicas na Educação Profissional e Tecnológica na construção de um conhecimento crítico. Nesse contexto, como problemática, buscamos analisar em que medida fatores históricos impactam nos dias atuais a formação oferecida por essa modalidade, no que se refere à formação de professores diante dessa perspectiva profissional e tecnológica? Diante dos fatores históricos, primeiramente, a educação profissional está presente no Brasil desde a época colonial e possui marcos que dividiram a modalidade essencialmente para a classe trabalhadora, contribuindo para uma educação dualista que separa a qualidade de ensino entre os mais ricos e pobres. Nos anos 2000, os objetivos dessa modalidade passaram por mudanças. A atual Educação Profissional e Tecnológica (EPT) foi implementada em 2008 sob a Lei 11.892, que transformou os CEFET nos atuais Institutos Federais, com um ensino que abrange desde o ensino médio até o nível da Pós-Graduação. Apesar dos novos objetivos de qualificar e preparar para o mercado de trabalho com a consolidação de um ensino crítico, que torna o aluno autônomo e conhecedor de sua realidade social, ao observar a formação docente na EPT, é notável que muitos professores iniciam na docência sem a qualificação adequada, assumindo diferentes responsabilidades, elaborando planos de ensino em diferentes níveis educacionais e enfrentando extensa jornada de trabalho, entre outras funções. Assim, trata-se de uma pesquisa bibliográfica de artigos e livros que abordam a temática pesquisada, com abordagem qualitativa. Os resultados encontrados destacam que, apesar da formação inicial e continuada ser exigida pela lei aos professores ingressantes nos Institutos Federais e de possuírem o direito de participar de formação inicial, que pode ser uma segunda licenciatura ou uma Pós-graduação *lato sensu*, constata-se, contudo, que mesmo após 15 anos da criação dos Institutos Federais ainda se carece de políticas públicas educacionais que preparem para o ensino verticalizado, do ensino médio à Pós-graduação, o que contribui para um ensino tradicional e reprodutor benéfico para o capital e que dificulta uma formação crítica docente e, posteriormente, discente.

Palavras-chave: Políticas Educacionais; Institutos Federais; Formação de Professores; Políticas de Formação.

Abstract: This research aims to comprehend the current challenges of Public Policies in Professional and Technological Education in constructing critical knowledge. In this context, as the central issue, we seek to analyze to what extent historical factors impact the education offered by this modality in today's context, specifically

¹ Mestranda do Programa de Pós-graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia – PPGSCA, na Universidade Federal do Amazonas – UFAM. E-mail: lores.msoares@gmail.com

² Mestranda do Programa de Pós-graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia – PPGSCA, da Universidade Federal do Amazonas - UFAM. E-mail: marcellerodriguesdesa@gmail.com.

³ Mestranda do Programa de Pós-graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia – PPGSCA, na Universidade Federal do Amazonas – UFAM. E-mail: irvanna@live.com

regarding teacher training in this professional and technological perspective. Considering historical factors, initially, professional education has been present in Brazil since colonial times, with milestones that essentially allocated it for the working class, contributing to a dualistic education that separates the quality of teaching between the rich and the poor. In the 2000s, the goals of this modality underwent changes. The current Professional and Technological Education (PTE) was implemented in 2008 under Law 11.892, transforming CEFET into the current Federal Institutes, offering education from high school to the Postgraduate level. Despite the new objectives of qualifying and preparing for the job market with the consolidation of critical education, aiming to make the student autonomous and knowledgeable about their social reality, observing teacher education in PTE, it is notable that many teachers begin teaching without adequate qualifications. They take on various responsibilities, develop teaching plans at different educational levels, and face an extensive workload, among other functions. Therefore, this is a bibliographic research of articles and books addressing the researched theme, with a qualitative approach. The results emphasize that, despite initial and ongoing training being required by law for teachers entering the Federal Institutes and having the right to participate in initial training, which can be a second degree or a postgraduate *lato sensu*, it is evident that even after 15 years since the creation of the Federal Institutes, there is still a lack of educational public policies that prepare for verticalized teaching from high school to postgraduate. This contributes to a traditional and reproductive education beneficial to capital, hindering critical teacher and subsequent student education.

Keyword: Educational Policies; Federal Institutes; Teacher Education; Training Policies.

INTRODUÇÃO

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), nº 9.394/1996 dispõe que a Educação Profissional e Tecnológica – EPT em um capítulo separado da Educação Básica, na qual busca erradicar os preceitos de assistencialismo e preconceito social que estavam inseridos nas primeiras legislações do Brasil. Nesse sentido, a EPT, dentro desses parâmetros históricos, encontra-se dentro de uma hierarquia de saberes, sendo rotulada e condicionada pelo sistema educacional, atrelado ao mercado para a formação qualificada de mão de obra barata, excluindo assim a dimensão do trabalho e da educação crítica como parte do ser humano para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa.

Notadamente o ensino profissional está presente no Brasil desde o período colonial de maneira assistemática. Segundo Manfredi (2017), no ensino da catequese para os povos nativos, o nível de ensino apontava para a formação do trabalho. Paralelamente, mesmo após o desmantelamento do sistema jesuítico educacional, no ano de 1759, as demais práticas que emergiram se voltaram para iniciativas privadas visando a manutenção de uma massa social e mão de obra.

Nos anos seguintes, a dualidade de classes perpetuou na conjuntura educacional, pois no período imperial surge os liceus de artes e ofícios que foram criados pelo Estado e iniciativa privada. O ensino ofertado se voltava para o ensino das primeiras letras, Ciências Aplicadas e Artes. Contudo, o fundamento implementado se baseava em uma educação conformista, assistencialista, compensadora e disciplinadora em que se destinava aos setores sociais denominados de “desvalidos de sorte”. Dessarte, esse fenômeno seguido implementou e

solidificou uma estrutura social excludente no que se refere as camadas mais pobres da sociedade brasileira (GAMBOA, 2001).

Concomitante a esse processo, como política pública, a EPT é oriunda de um conjunto proposto pelo Ministério da educação (MEC), na década de 1990, sob a expansão do neoliberalismo no cenário nacional, apesar dos esforços de implementação de uma política que diminuíssem as lacunas sociais, o que se observou foi que as disciplinas teóricas não estavam ligadas as práticas, o que veio a perpetuar problemas na formação básica e crítica dos educandos, processo marcado pela dualidade histórica apresentada (FRIGOTTO; GENTILI, 2008).

Nos anos 2000, a modalidade da EPT passou por grandes modificações, pois no segundo mandato do presidente Lula, no ano de 2008, a lei nº 11.892 no dia 29 de dezembro de 2008, que estabeleceu a criação da Rede Federal de Educação, Científica e Tecnológica. Esse marco legislativo foi seguido pela instituição dos Institutos Federais (IFS). A formação dessa rede federal representa um novo paradigma, buscando ampliar, interiorizar e diversificar a educação profissional e tecnológica no contexto brasileiro.

Desse modo, a EPT está envolvida em todos os aspectos que envolvem a sociedade, ela é responsável por formar sujeitos para o mundo do trabalho e para a atividade social de produção de bens e serviços. Também possui suas bases filosóficas e teóricas próprias, como ciência, sendo necessário destacar esses saberes nessa modalidade de ensino. Mesmo passando por diversas mudanças, a EPT ainda enfrenta desafios em sua estruturação, como preconceitos, e a permanência da tendência pedagógica tecnicista acima da tendência crítico-refletiva na construção da produção epistemológica na educação profissional.

Diante destes preceitos, o presente artigo situa-se com o objetivo de compreender os atuais desafios e possibilidades das Políticas Públicas na Educação Profissional e Tecnológica na construção de um conhecimento crítico. A pesquisa traz como problemática a seguinte abordagem: Em que medidas fatores históricos impactam nos dias atuais a formação ofertada por essa modalidade, no que se refere a formação de professores diante dessa perspectiva profissional e tecnológica?

Com efeito, buscamos analisar por meio de uma pesquisa bibliográfica como a formação de professores nessa modalidade de ensino pode ser desenvolvida e levada aos discentes sob uma base crítica, além da ideia perpetuada de mão de obra para o capital. Na primeira seção é conceituada a Educação Profissional e Tecnológica e possibilidades de um conhecimento

crítico, e na segunda os desafios para a formação docente na educação profissional e tecnológica.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Uma pesquisa deve nortear o desenvolvimento de uma investigação científica que segundo Lima e Miotto (2007, p. 39) consiste em “apresentar ao leitor o caminho do pensamento e prática exercida na apreensão da realidade, e que se encontram intrinsecamente constituídos pela visão social de mundo veiculada pela teoria da qual o pesquisador se vale”.

A abordagem utilizada nesta pesquisa é de cunho qualitativo, assim como "a pesquisa qualitativa não visa à quantificação, mas sim ao direcionamento para o desenvolvimento de estudos que buscam respostas que possibilitam entender, descrever e interpretar fatos" (PROETTI, 2018, p. 2). Esse ramo de pesquisa também proporciona o contato mais direto e interativo entre o pesquisador e a enumeração e medição do evento estudado de forma objetiva.

Nesse contexto, esta pesquisa surge a partir de uma pesquisa bibliográfica, de acordo com Gil (2002, p. 44) "é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos". Desse modo, é de grande necessidade que uma pesquisa desse cunho faça essa etapa do estado da arte do conteúdo produzido sobre a temática investigada, buscando trazer uma contribuição acerca do problema escolhido como objetivo.

O caminho traçado percorreu uma abordagem histórica, diante de uma sociedade marcada pela desigualdade de classes que consolidou uma educação estigmatizada, notadamente aos grupos sociais que se encontram em situação de vulnerabilidade social e carecem de meios para melhorar suas vidas. Por isso, o foco desta pesquisa é compreender os atuais desafios e possibilidades das Políticas Públicas na Educação Profissional e Tecnológica na construção de um conhecimento crítico. Além disso, buscamos analisar em que medida fatores históricos impactam nos dias atuais a formação oferecida por essa modalidade, no que se refere à formação de professores diante dessa perspectiva profissional e tecnológica?

Assim, mediante a criação da EPT como modalidade de ensino, é notável ao observar a história dessa estrutura de ensino que preceitos herdados desde o período colonial dividem a formação levada aos indivíduos que cursam e necessitam da qualificação profissional e tecnológica para adentrar no mercado de trabalho. Tais paradigmas segregacionistas são observados no período colonial, imperialista e nos anos de 1990, em que o neoliberalismo começa a se expandir no Brasil, e o capitalismo se mostra mais presente na elaboração de

políticas públicas, sobretudo às ligadas ao campo educacional que são estruturadas sob o interesse do capital.

Paralelamente, somente em 2008, uma mudança na elaboração dessas políticas pode ser observada. Dessa forma, essa discussão pode ser aprofundada por meio dos resultados encontrados pelo diálogo e conexão com a literatura, que serve como base para nosso estudo e visa apontar os desafios de um ensino crítico e os desafios da formação docente nesse ramo da EPT.

A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA POSSIBILIDADES DE UM CONHECIMENTO CRÍTICO

No que concerne ao acesso da educação no Brasil é indubitável que é constituída por uma dualidade de classes que divide a qualidade e o ensino que cada camada social recebe. Nessa linha histórica traçada, destacamos o período da colônia e do império em que uma formação intelectual era reservada apenas as camadas mais ricas da conjuntura brasileira, enquanto os mais pobres lhes restavam o analfabetismo e a luta pelas suas sobrevivências, o que levou a venderem sua força de trabalho, perante a expansão de uma sociedade capitalista e exploratória.

Durante o período imperial, foram estabelecidos os Liceus de Artes e Ofícios, financiados tanto pelo Estado quanto pela iniciativa privada. Essas instituições ofereciam uma educação abrangente, abordando desde o ensino das primeiras letras até Ciências Aplicadas e Artes. Nesse sentido, enquanto a classe dominante se preparava para o ensino superior por meio do ensino primário e secundário propedêutico, a classe trabalhadora recebia formação profissional através de organizações e currículos que segregavam os setores populares. Isso ocorria sob a justificativa de uma instrução que supostamente legitimava a dignidade na pobreza (MANFREDI, 2002).

Essa formação de caráter assistencialista se estabelecia a dar amparo aos denominados “desvalidos de sorte” que eram constantemente marginalizados pela sociedade, sendo essas, especialmente, às crianças órfãs e abandonadas que para sobreviver após saírem dos abrigos predominantemente religiosos necessitavam de uma instrução teórica e prática para atuar nas indústrias (MOURA, 2008).

No ano 2019, a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica completou seu centenário com 110 anos de existência. Sua fundação foi feita em 1909, sob o mandato do

presidente Nilo Peçanha, que é considerado o fundador dessa modalidade profissional. Nesse viés, com o decreto nº 7.566/1909 foi criada a Escola de Aprendizes e Artífices. Essa fundação dessas escolas emergiu a criação da rede federal de ensino que culminou nas escolas técnicas e nos CEFETs (Centros Federais de Educação Tecnológica).

Sob essa perspectiva, a educação profissional e tecnológica possui todo arcabouço teórico e metodológico que permite uma discussão filosófica. Entretanto, segundo Gruber, Allain e Wollinger (2017), o conhecimento técnico é subestimado devido à sua associação com o mundo do trabalho. No que tange ao primeiro ano da EPT, o decreto nº 7.566/1909 frisa que o objetivo dessas escolas era de qualificar mão de obra para o mercado das indústrias.

Nas Escolas de aprendizes Artífices, custeadas pela União, se procurará formar operários e contramestres, ministrando-se o ensino prático e os conhecimentos técnicos necessários aos menores que pretenderem aprender um ofício, havendo para isso, até o número de cinco, as oficinas de trabalho manual ou mecânica que forem mais convenientes e necessárias no Estado em que funcionar a escola, consultadas, quanto possível, as especialidades das indústrias locais (BRASIL, 1909, art. 2º).

Destaca-se que o nível de ensino até aquele momento se baseava em uma política de ensino que dividia o ensino em primário e secundário, mas que era frequentando majoritariamente pelas camadas ricas da sociedade brasileira. A oferta de cursos profissionalizantes para a camada mais pobre era separada desses dois níveis de ensino supracitados. Dessa forma, é imperativo ressaltar que as pessoas que cursavam esses cursos, conseqüentemente, passavam pela situação de vulnerabilidade social que como opção de conseguir um emprego viam nesses cursos uma oportunidade de sobrevivência.

Seguindo a reflexão do campo capitalista e divisão de classes Viera Pinto (2005) destaca que o trabalho deve ser pensado para o desenvolvimento humano, já que o ser humano intervém diretamente na natureza, transformando-a e construindo relações sociais e culturais em torno do que produz. O autor afirma que, com o desenvolvimento da técnica, o ser humano pode se organizar e construir conhecimentos para o seu desenvolvimento. Portanto, diferentemente da ideia capitalista de técnico e trabalho na educação profissional, a EPT não se resume apenas à formação de mão de obra.

Marx (1974) define a técnica como resultado da intervenção do homem, sendo necessário que o mesmo compreenda e estabeleça formas de conhecimento para agir na realidade em que está disposto a intervir. Ainda acerca do conceito de técnica, de acordo com Barato “Técnica tem um estatuto epistemológico próprio” (BARATO, 2002, p. 141).

Assim, é necessário encontrar um caminho para tornar a educação profissional capaz de permitir bases filosóficas e críticas baseadas na cientificidade desse saber, desconstruindo a ideia de adestramento e transformando-a em exercício social da técnica. O trabalho faz parte do ser humano, segundo Barato (2002), o objeto de pesquisa da EPT é o saber técnico fundado na dimensão do trabalho como exercício social.

Segundo Santos (2021), as características humanas do trabalho possuem dimensões estéticas, éticas, culturais, sociais e econômicas. Ao fazer a intervenção no mundo, o ser humano se organiza, estabelece relações de produção material e imaterial, criando assim uma identidade individual e coletiva sobre o trabalho, encontrando sentido no processo de formação do conhecimento.

Além disso, a formação “técnica-profissional” como “formação humana”, questionar reflexões e compreensões sobre a edificação da educação profissional, dos atores à instituição, iluminando preconceitos e a imposição mercadológica sobre a educação técnica. Deve-se compreender a EPT muito além das políticas neoliberais que tentam redefini-la; tornando-a um fator de transformação e emancipação proporcionada aos sujeitos.

Frigotto (2013) ilustra a intenção das instituições de educação profissional, como o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), problematizando a organização interna da formação profissional, atualmente direcionada para romantizar a alienação do trabalho, onde essas instituições reforçam a ideia de dedicação e sucesso via meritocracia vendida pelo sistema capitalista.

Ao se apontar a organização interna de uma instituição de educação profissional, é visível que os objetivos buscam atender as características do capital por meio da mão de obra, “são nesse sentido, instituições que nascem independentemente de o vínculo jurídico ser público ou privado, para desenvolverem a pedagogia das relações capitalistas de trabalho” (FRIGOTTO, 2013, p. 44).

A EPT se molda pelas forças de produção capitalistas com o intuito de “domesticar o trabalhador como se fosse uma máquina, o que resulta em contradição já que se trata de seres humanos” Frigotto (2013, p. 45), esclarecendo que nos centros de formação profissional, as relações capitalistas estão “dentro da própria prática do aprendiz, o que impede o aprendiz de desenvolver uma consciência crítica”. Em outras palavras, o conhecimento técnico se distingue da realidade e prática social do aluno.

Por conseguinte, Domingues, Toschi e Oliveira (2000) destacam a introdução da política neoliberal na educação ao mencionar as transformações no meio de produção capitalista. Nesse cenário, o mercado passa a demandar mão de obra qualificada, e o Estado, agindo como subserviente, busca suprir essa necessidade. Contudo, na prática, a educação profissional persiste em ser voltada apenas para a formação de mão de obra barata, deixando de lado a abordagem crítica. Isso evidencia que alcançar uma educação para além do capital ainda é um desafio.

As políticas para a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) são formuladas pelo governo federal, durante a criação e ampliação dos Institutos Federais (IFs), são contraditórias em seus objetivos. Mesmo tendo o interesse de incluir as classes populares, até então excluídas, a estrutura educacional na EPT continua a ser apenas para treinamento. Sobre o campo de reivindicação que é a educação, principalmente na EPT, quando, dentro de um sistema de classe, ela se torna uma ferramenta para submissão ou transformação, dependendo de quem a controla (MANFREDI, 2002).

Acerca da contradição do capital na educação, Meszáros (2007, p. 25) alerta para a seguinte reflexão “poucos negariam hoje que os processos educacionais e os processos sociais mais abrangentes de reprodução estão intimamente ligados”, entretanto, o autor afirma que, enquanto não houver uma reforma estrutural, a educação apenas passará por ajustes para atender às demandas do capitalismo. Dessarte, seria um absurdo esperar que os dominados conseguissem, dentro desse sistema educacional sob controle do capital, se sobrepor aos dominadores.

Portanto, as possibilidades para encarar o desafio de uma educação libertária dentro da EPT está no percurso formativo do docente e seu desempenho atrelando a dimensões do trabalho a educação profissional, já que a educação não é neutra e a performance do professor em sala de aula dependerá do tipo de formação que o mesmo teve, e continuará tendo dentro da práxis educacional.

Nesse diálogo sobre a docência “limitar uma mudança educacional radical às margens corretivas interesseiras do capital significa abandonar de uma vez só, conscientemente ou não as transformações sociais qualitativa” (MESZÁROS, 2007, p. 27). Apesar da formação continuada contribuir para ser um diferencial no ensino- aprendizagem, sem uma reforma estrutural na política educacional, é um desafio colocar em prática uma educação libertária.

DESAFIOS PARA A FORMAÇÃO DOCENTE NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Dentro das possibilidades para transformação social, é necessário problematizar a formação docente dentro da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) e quais modelos pedagógicos seriam mais eficientes para construir um ensino crítico, uma vez que "os trajetos formativos configuram o enredamento de conhecimentos dos professores, sugerindo, dessa forma, diversas arestas compostas por diferentes formações e inúmeras vivências pessoais" (BRACHER *et al.* 2020, p. 78).

Dessa forma, o autor esclarece que as forças culturais, políticas e sociais são determinantes na constituição do docente dentro do ensino profissional tecnológico.

Em Educação profissional, quem ensina deve saber fazer. Quem saber fazer e quer ensinar deve aprender a ensinar. Este é um dos maiores desafios da formação de professores para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. É difícil entender que haja esta educação sem contar com profissionais que estejam vinculados diretamente com mundo do trabalho, no setor produtivo do curso (CNE/CEB, 2012, p. 55).

Com efeito, na modalidade de ensino da Educação Profissional, aquele que ensina deve possuir habilidades práticas. Aqueles que possuem conhecimento prático e desejam ensinar precisam aprender a arte do ensino. Este é um dos maiores desafios na formação de professores para a Educação Profissional, pois “É difícil conceber essa forma de educação sem a participação de profissionais vinculados diretamente ao mundo do trabalho, especialmente no setor produtivo do curso” (CNE/CEB, 2012, p. 55). A Lei de Diretrizes e Bases da Educação, em seu artigo 62 propõe acerca da formação docente que “[...] para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação” (BRASIL, 1996.).

Maldaner (2017) destaca que cotidianamente são vários os desafios vivenciados pelos professores que atuam na rede federal, que são oriundos da organização do mundo do trabalho, bem como das políticas públicas do governo federal no que se refere a educação profissional e tecnológica. As lacunas destacadas na prática docente, frisam a necessidade de uma formação consciente, sobretudo por no seu cotidiano lidar com técnicas, tecnologias em que urge um ensino crítico didaticamente, porém a formação pedagógica nos últimos anos vem mostrando falhas nesse processo de formação.

No ano de 2008, após diversos debates, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a Lei nº 11.892, que instituiu os Institutos Federais, introduzindo um novo modelo de ensino profissional e tecnológico. Esse modelo deveria ser seguido e estruturado a partir dos CEFET (escolas técnicas e agrotécnicas federais) e das escolas vinculadas às universidades federais. Surge a partir disso uma nova visão de promover um ensino integral voltado ao conhecimento e à quebra de padrões segregacionistas e da hierarquização de saberes. Isso porque buscava-se superar a lógica traçada anteriormente, que se concentrava apenas na mão de obra para suprir o capital e aqueles que o coordenam (DORNELLES; CASTAMAN; VIERA, 2021).

Referente aos IFS, destaca-se suas características, diante de alguns incisos de seu art. 6:

Art. 6º: Os Institutos Federais têm por finalidades e características:

I - Ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus Níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;

II - Desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;

III - Promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão; [...]

V - Constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica (BRASIL, 2008).

Na rede federal, essa atuação se caracteriza por muita diversidade, incluindo programas de formação inicial e continuada, além do ensino técnico integrado ao ensino médio, cursos de ensino técnico e programas de formação inicial e continuada no âmbito da Educação de Jovens e Adultos (EJA), graduação dos cursos superiores de tecnologia, bacharelados, licenciaturas e também pós-graduação. A formação docente carece de propor um ensino para aqueles que não obtiveram formação pedagógica para exercer a carreira de professor(a) (MALDANER, 2017).

Assim, os professores atuantes nesse âmbito lecionam do ensino médio à pós-graduação sob uma nova organização administrativa e pedagógica. Contudo, muitos docentes que ingressam como professores dos IFs possuem qualificação em cursos de mestrado e doutorado, porém não apresentam experiência na prática docente voltada ao ensino verticalizado, no qual se vai do ensino médio ao nível de pós-graduação. Mesmo assim, assumem diferentes responsabilidades, incluindo ementas, planos de ensino e intensa jornada de trabalho (PANIAGO, 2023).

Perante essa estrutura, a formação de professores no que tange ao ensino da EPT não é neutra. No panorama do estágio de desenvolvimento das relações de produção, a organização do trabalho constitui-se como modelo na formação de professores. Composta por interesses intencionais em diferentes tempos históricos, ela se mantém subordinada e comprometida perante a sociedade e aqueles que a governam. Na sociedade capitalista, a excessiva mercantilização para consolidar sua hegemonia coloca a EPT como foco dessa disputa. A formação de professores, no centro desse debate, deve ser desenvolvida visando um olhar além da formação técnica tradicional e o domínio dos conteúdos que serão trabalhados em suas práticas.

Os conteúdos específicos e a formação pedagógica são etapas essenciais na formação docente na modalidade EPT, no entanto, outras questões são essenciais para se obter criticidade nesse contexto. A consciência política de classe que vive da venda de sua mão de obra, o trabalho, é incontornável para a compreensão do pertencimento à classe trabalhadora, na qual os interesses estão sempre em disputa com os donos dos meios de produção, que buscam o lucro e a exploração dos subordinados – a classe trabalhadora.

Segundo Carvalho (1989, p. 75), “[...] o ambiente da escola e seus profissionais são responsáveis por responder às imposições do capital, porém, de outro prisma, participam de maneira subordinada às necessidades legítimas da classe trabalhadora”. Tal fato evidencia a necessidade de os professores possuírem a consciência de que são assalariados e que a educação é uma disputa de poderes, vista como mercadoria. Acerca da necessidade da formação docente no que se refere a políticas públicas, se pondera que:

O predomínio da ideologia dos valores de mercado da produção capitalista na educação introduziu uma nova divisão, separando as humanidades das ciências e das tecnologias, hierarquizando as últimas, ora como alto desenvolvimento científico e tecnológico, ora como necessidade estrita de operação nas empresas de indústria e serviços. Essa concepção viesada pelos interesses produtivos conduziu, frequentemente, os professores ao exercício do pragmatismo, em que educar é preparar para o trabalho segundo as necessidades do mercado de trabalho, supondo-se que haveria empregos para todos. O mito da empregabilidade, a “promessa emancipadora” da sociedade moderna industrial, há mais de uma década, estão sendo desmentidos pela introdução de alta tecnologia com base na informática, na microeletrônica e pela nova organização do trabalho (FRANCO, 2006, p. 49).

Sob esse viés, as políticas de formação de professores carecem do excesso de discursos, mas no que se refere a prática cotidiana é notória uma pobreza nos programas de formação de professores, a prática pedagógica e na criação de um senso crítico que colaborar para a

perpetuação de uma ideologia que visa reproduzir no cenário vigente desigualdades sociais, visando apenas o preparo para o mercado de trabalho, o que impacta na consolidação de práticas que produzam mudanças no mundo do trabalho docente e nas relações sociais desenvolvidas nesse setor.

O Plano Nacional de Educação- PNE (2014-2024) e a lei nº 13.005/2014 pontuam questões relevantes na formação de professores no que se refere a EPT:

[...] modelos de formação docente para a educação profissional que valorizem a experiência prática, por meio da oferta, nas redes federal e estaduais de educação profissional, de cursos voltados à complementação e certificação didático-pedagógica de profissionais experientes (BRASIL, 2014).

No período anterior ao ano de 2016, destacava-se contradições nas legislações que consolidavam a precarização e a desvalorização de professores. No governo Temer, essas políticas foram mais sucateadas. A principal defasagem observada nesse período é a Emenda Constitucional nº 95, aprovada em 15 de dezembro de 2016 que congelou na vigência de 20 anos os gastos sociais, sobretudo na área da educação e da saúde (BRASIL, 2016).

O trabalho docente na sociedade capitalista é proposto pelas contradições que compõem o modo de produção. Dessa forma, apresenta duas faces, a primeira em que pode colaborar aos interesses do capital, o segundo em que pode transformar a realidade por meio de uma formação crítica. Apesar dos desafios vivenciados nessa formação docente que apresenta ainda uma grande lacuna, Os IFs possuem todas as características de uma base de ensino que aborde inovação e ousadia para atender uma política que busque diminuir as desigualdades sociais e esteja comprometida com uma sociedade mais justa e igualitária (PACHECO, 2011).

Contudo, essas mudanças implementadas, no ano de 2016 trouxeram grandes lacunas para a educação brasileira, notadamente nas metas do PNE (2014-2024). No que se refere a formação docente, as metas 15, 16, 17 e 18, que se interligam pela valorização do magistério são colocadas em ameaça em suas concretizações, na qual necessitam de recursos para suas execuções. Cada uma traria benefícios nos recursos educativos, na formação inicial e continuada, contratação de professores e na melhoria das condições de trabalho dos docentes e nas infraestruturas de ensino.

Sob a justificativa de reduzir o déficit de professores na educação básica o governo de Temer implementou como política a contratação de professores com formação inicial cursada

por meio de complementação pedagógica. Essa medida é apontada como um retrocesso na luta de valorização dos docentes e suas qualificações (ALVES *et al.* 2023).

A modalidade da EPT, diante dessa circunstância, enfrenta dificuldades de ofertar princípios de uma educação emancipadora.

A Educação Profissional e Tecnológica, enquanto modalidade de ensino exige a construção de conhecimentos que habilitem os estudantes a analisar, questionar e compreender o contexto em que estão inseridos. Além disso, é imperioso que estes desenvolvam capacidade investigativa diante da vida, de modo criativo e crítico; que identifiquem necessidades e oportunidades de melhorias para si, suas famílias e a sociedade na qual vivem e atuam como cidadãos (INOCENTE; TOMMASINI; CASTAMAN, 2018, p. 05).

Diante disso, a formação de professores na perspectiva da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) é essencial para promover uma formação crítica, assim como um ensino crítico para os educandos que historicamente são marginalizados por suas classes sociais e destinados a serviços secundários nos quais devem obedecer aos detentores do capital sem questionar. No que se refere a uma política de expansão, interiorização e democratização, o desafio atual da EPT é, sobretudo, superar essas desigualdades históricas e promover um ensino que seja benéfico não apenas nas leis, mas também na prática escolar.

A formação de docentes para a modalidade EPT vem sendo um alvo de debates nos últimos anos, principalmente nas áreas acadêmicas e de políticas educacionais. De Souza *et al.* (2020) destaca que mediante os desafios de ensino perpetua-se a urgência de se propor uma educação continuada dos docentes, sobretudo no que tange a formação pedagógica.

Paniago (2023) frisa que os IFs ainda seguem um modelo de ensino sob uma organização educativa tradicional, notadamente, na arquitetura e organização das salas de aula, tal como, cadeiras enfileiradas e professores que utilizam majoritariamente o data show em suas práticas. Esse instrumento é constantemente apontado pelos alunos como “datasono”. Outra reflexão é apontada acerca da duração desse método de ensino que se consolidou no Brasil há 150 anos e que resiste até os dias atuais, apesar de grandes críticas.

Evidentemente, reconheço as adversidades e condicionantes que impactam os processos de ensino-aprendizagem os quais perpassam, desde as políticas públicas, condições de trabalho docente, condições físicas das escolas, elementos socioculturais, ambientais, até econômicos da vida dos estudantes. Defendo, todavia, a importância e necessidade da formação docente inicial e contínua para que os professores da EPT possam atuar na complexidade do ensino verticalizado, bem como para desenvolverem profissionalmente (PANIAGO, 2023, p. 458)

A formação de professores na EPT carece diante desses preceitos, a formação continuada de seus docentes e a criação de possibilidades inovadoras para que possam ministrar aulas que fujam do tradicionalismo em que somente se reproduz ideias consolidadas e que tendem a contribuir com a alienação em massa difundida pelo sistema capitalista. Desse modo, é necessário aulas com amplo debate, diálogo e colaboração entre docentes e discentes. Portanto, “[...] a mudança na formação de professores implica a criação de um novo ambiente para a formação profissional docente” (NÓVOA, 2022, p. 63).

Os saberes adquiridos na formação inicial não alicerçam toda a realidade escolar que o docente vivenciar em sua prática cotidiana. Por isso é indubitável a formação continuada para a melhoria na qualidade de ensino. No cenário internacional de um dos países referência em educação, a Finlândia, os investimentos para essa formação de professores são feitos com o compromisso de assegurar uma qualidade educacional que vem se destacando mundialmente nas últimas décadas (PANIAGO, 2023)

No Brasil, esse investimento se faz necessário para a melhoria do ensino e a qualidade da educação ofertada, sendo essencial para superar a dualidade escolar presente em nossa estrutura social. Além disso, os docentes que vivenciam essa formação continuada apresentam mais capacidade para lidar com os desafios docentes e o ensino defasado, sobretudo por políticas de corte que ameaçam a educação levada à classe trabalhadora.

Referente as políticas públicas educacionais voltadas a formação de professores na EPT é observada uma grande lacuna. Após 15 anos de existência desses institutos, ainda não foi criada uma política que seja direcionada aos professores e a formação continuada na modalidade EPT, apesar da resolução CNE/ CP nº 1/2022, trata de forma resumida essa formação docente na EPT, especialmente em seu artigo 3º:

Art. 3º A formação inicial de professores para atuação na Educação Profissional Técnica de Nível Médio deve ser realizada em nível superior: I – em cursos de graduação de licenciatura; II– em cursos destinados à Formação Pedagógica para licenciatura de graduados não licenciados; III – em cursos de Pós-Graduação lato sensu de Especialização estruturados para tal; IV – em programas especiais, de caráter excepcional; ou V – outras formas, em consonância com a legislação e com normas definidas pelo Conselho Nacional de Educação. § 1º Os cursos de graduação de licenciatura para a docência na Educação Profissional Técnica de Nível Médio devem atender à Resolução CNE/CP nº 2, de 2019. § 2º Os cursos destinados à formação pedagógica para licenciatura de graduados não licenciados devem atender às disposições específicas do art. 21 (Capítulo VI, Da Formação Pedagógica para Graduados) da Resolução CNE/CP nº 2, de 2019, combinadas com o art. 53 da Resolução CNE/CP nº 1, de 2021.

Observa-se que o prazo para atingir essas metas propostas não é definido, o que vem a apresentar uma grande defasagem. Outra resolução também de 2022 buscou definir um prazo para essa formação. A resolução CNE/CP nº 3, de 16 de novembro de 2022, em seu "Art. 9º frisa que fica definido, como período de transição para a implantação definitiva das Diretrizes Curriculares Nacionais contidas nesta Resolução, o período de 1º de junho de 2022 a 31 de dezembro de 2030".

Apesar de estimulado o prazo para esse cumprimento, no entanto, se carece o papel da administração pública nesse processo e as perspectivas formativas que serão seguidas, o que vem a impactar a consolidação desse preceito de forma benéfica na formação docente. É perceptível que, mesmo diante de intensas dificuldades e limitações, a formação inicial docente é garantida pela lei, com documentos que asseguram que os professores da EPT possuem o direito de uma formação pedagógica que pode ser feita no nível de pós-graduação ou em segunda licenciatura.

Todavia, ao observarmos a formação continuada, nota-se a carência de políticas educacionais que direcionem e garantam de uma forma mais clara uma formação que lhes proporcione as especificidades exigidas pelo ensino vertical demandado pelos IFs. Assim, diante dessa carência de políticas supracitada, Paniago (2023) destaca a possibilidade de os próprios Institutos Federais (IFs) oferecerem a formação para seus servidores, sendo recomendado que 20% dos cursos ofertados estejam direcionados à formação de professores, incluindo a formação pedagógica. Portanto, torna-se indispensável a adoção de políticas públicas coerentes, alinhadas com o contexto da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) e da formação docente, além de seus princípios, visando a criação de conhecimentos e práticas voltados para uma formação crítica completa e abrangente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo delineado nesta pesquisa foi apresentar os atuais desafios e possibilidades das Políticas Públicas de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) na construção de um conhecimento crítico. A problemática proposta buscou analisar os fatores históricos que impactam, nos dias atuais, a formação oferecida pela EPT, especificamente em relação à formação de professores diante das perspectivas profissional e tecnológica.

Ao retornarmos ao contexto histórico, é evidente que a EPT, como modalidade de ensino, demanda uma formação docente contínua e crítica, abrangendo tanto saberes de

abordagem geral quanto técnicos. Surge, portanto, a necessidade de uma formação contínua que promova um movimento dialético entre teoria e prática. Os docentes devem estar conscientes de seus papéis na formação de alunos desde o ensino médio até o nível da pós-graduação, uma vez que serão responsáveis pela preparação de profissionais em diversas áreas do conhecimento, dotados de senso crítico e compreensão da realidade social e histórica que os envolve.

Contudo, ao consultarmos os estudiosos dessa temática, torna-se evidente que a formação crítica na EPT enfrenta desafios, principalmente devido às disputas históricas e ideológicas envolvendo os gestores das políticas públicas educacionais. A implementação de medidas favoráveis ao capital muitas vezes prejudica a qualidade da educação oferecida aos trabalhadores. Sob uma conjuntura dualista que separa ricos e pobres, há uma disputa pelos orçamentos destinados à educação na EPT. A Rede Federal, apesar da expansão com a criação dos Institutos Federais (IFs), não obteve um orçamento condizente com suas necessidades pedagógicas, agravado pelos cortes decorrentes da Emenda Constitucional nº 95, aprovada em 15 de dezembro de 2016 durante o governo Temer.

A formação de professores na EPT abrange profissionais que atuam desde o ensino médio até o nível da pós-graduação. No entanto, apenas com a formação inicial e as intensas responsabilidades assumidas, como elaboração de ementas, planos de ensino e extensa jornada de trabalho, torna-se difícil alcançar um ensino com abordagem crítica. Esse cenário perpetua um ensino mecanizado e tradicional.

Diante desse quadro, as políticas educacionais, mesmo após 15 anos da criação dos IFs, ainda não são suficientes para suprir a formação continuada dos docentes, especialmente no que concerne às práticas pedagógicas. Essas práticas são cruciais no compromisso político com a educação, visando promover uma transformação social pela emancipação dos alunos. Portanto, diante das lacunas na formação docente na EPT, é crucial que os professores tenham consciência do papel que desempenham na formação de seus alunos. Essa formação deve preparar os estudantes para ingressar no mercado de trabalho como cidadãos críticos, capazes de propor mudanças na sociedade, e não apenas como reprodutores das exigências do sistema capitalista.

REFERÊNCIAS

ALVES, Suelma dos Reis Pereira et al. OS DESAFIOS DA FORMAÇÃO DOCENTE NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA. **Formação em Movimento**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 11, p. 1-22, 2023.

BARATO, Jarbas Novelino. **Escritos sobre tecnologia educacional e educação profissional**. São Paulo : Editora Senac, 2002.

BRANCHER, Vantoir Roberto et al. **Formação Docente e práxis educacional na educação profissional e tecnológica**. Curitiba: Brazil Publishing, 2020.

BRASIL. **Decreto nº 7.566 de 23 setembro de 1909**. Crêa nas capitães dos Estados da Republica Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primaria e gratuito. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-7566-23-setembro-1909-525411-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 10 jan. 2024.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016**. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Brasília, DF, 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm. Acesso em: 15 fev 2024.

BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, 2008b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11892.htm. Acesso em: 21 jan. 2024.

BRASIL. **Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação -PNE e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2014]. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>. Acesso em: 18 fev.2024.

BRASIL. **Lei nº 9.394, 20 dezembro de 1996**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 26 jan. 2024.

BRASIL. **Resolução CNE/CP n. 1, de 6 de maio de 2022**. Brasília: Planalto, 2022. Disponível em: www.mec.gov.br. Acesso em: 15 fev 2024.

BRASIL. **Resolução CNE/CP n. 2, de 20 de dezembro de 2019**. Brasília: Planalto, 2019. Disponível em: www.mec.gov.br. Acesso em: 15 fev 2024

BRASIL. **Resolução CNE/CP n. 3, de 16 de novembro de 2022**. Brasília: Planalto, 2022. Disponível em: www.mec.gov.br. Acesso em: 15 fev 2024

CARVALHO, Olgamir Francisco de. **A Escola como Mercado de Trabalho: Os bastidores da divisão do trabalho no âmbito escolar**. São Paulo, Iglu. 1989.

CNE/CEB. Conselho Nacional de Educação Básica. **Parecer CNE/CEB Nº: 11/2012**. Publicado no D.O.U. DE 4/9/2012, Seção 1, Pág. 98. Disponível em <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em: 16 fev. 2024.

DE SOUZA SILVA, Ronegildo et al. Formação docente na educação profissional e tecnológica: desafios e contribuições da formação continuada para atuação docente. **Educação Profissional e Tecnológica em Revista**, Vitória, v. 4, n. 3, p. 100-130, 2020.

DOMINGUES, José Juiz; TOSCHI, Nirza Seabra; OLIVEIRA, João Ferreira de. A reforma do Ensino Médio: A nova formulação curricular e a realidade da escola pública. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 21, p. 63-79, 2000.

DORNELLES, Fernanda Reolon Baldiati; CASTAMAN, Ana Sara; VIEIRA, Josimar de Aparecido. EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: desafios e perspectivas na formação docente. **Rev. Exitus**, Santarém, v. 11, e020133, 2021. Disponível em http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2237-94602021000100206&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 14 fev. 2024.

FRANCO, Maria Ciavatta. A formação de professores para a Educação Profissional e Tecnológica: perspectiva histórica e desafios contemporâneos. **In Formação de Professores para Educação Profissional e Tecnológica**: Brasília, 26, 27 e 28 de setembro de 2006. – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2008. 304 p. – (Coleção Educação Superior em Debate; v. 8).

FRIGOTTO, Gaudêncio. Ensino Médio e técnico profissional: disputa de concepções e precariedade. **Le Monde Diplomatique Brasil**, São Paulo, v. 6, n. 68, p. 28-29, 2013.

FRIGOTTO, Gaudêncio; GENTILI, Pablo. **A cidadania negada: Políticas de exclusão na educação e no trabalho**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

GAMBOA, Silvio Sánchez. **A globalização e os desafios da educação no limiar do novo século: um olhar desde a América Latina**. Globalização, pós-modernidade e educação. São Paulo: Autores Associados, p. 79-106, 2001.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GRUBER, Grislaïne, Allain, Olivier & Wollinger, Paulo R. (2017, maio). **Contribuições da Didática Profissional Francesa para a Educação Profissional**. V Seminário Nacional de Educação Profissional e Tecnológica – SENEPT, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/317167758_Contribuicoes_da_Didatica_Profissional_Francesa_para_a_Educacao_Profissional. Acesso em: 26 jan. 2024

INOCENTE, Luciane.; TOMMASINI, Angelica.; CASTAMAN, Ana. Sara. Metodologias Ativas na Educação Profissional e Tecnológica. **Redin - Revista Educacional Interdisciplinar**, Taquara, v. 7, n. 2, p. 1-10, 2018. Disponível em: <https://seer.faccat.br/index.php/redin/article/view/1082>. Acesso em: 07 jan. 2024.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamasso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico; a pesquisa bibliográfica. *Rev. Katálysus*, Florianópolis, v. 10, pp. 37-45, 2007.

MALDANER, Jair José. A formação docente para a educação profissional e tecnológica: breve caracterização do debate. *Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica*, Natal, v. 2, n. 13, p. 182-195, 2017. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/5811>. Acesso em: 11 fev. 2024.

MANFREDI, Silvia Maria. **Educação profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.

MANFREDI, Silvia Maria. **Educação profissional no Brasil: atores e cenários ao longo da história**. Paco Editorial, 2017.

MARX, Karl. **O Capital**. Coimbra (Portugal): Centelha – Promoção do livro, 1974.

MÉSZÁROS, István. A educação para além do capital. *Theomai*, n. 15, p. 107-130, 2007.

MOURA, Dante Henrique. A formação de docentes para a educação profissional e tecnológica. *Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica*, Natal, v.1, n.1, p. 23-38, jun. 2008. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/2863>. Acesso em: 09 jan. 2024.

NÓVOA, Antônio. **Escolas e Professores Proteger, Transformar, Valorizar**. Salvador: IAT, 2022.

PACHECO, Eliezer. **Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica**. Brasília: Moderna, 2011.

PANIAGO, Rosenilde Nogueira. A formação docente para a metamorfose do ensino nos institutos federais: um direito assegurado ou cerceado nas políticas educacionais? *Boletim de Conjuntura (BOCA)*, Boa Vista, v. 15, n. 44, p. 454-473, 2023. Disponível em: <https://revista.ioles.com.br/boca/index.php/revista/article/view/1928>. Acesso em: 15 fev. 2024.

PROETTI, Sidney. As pesquisas qualitativa e quantitativa como métodos de investigação científica: Um estudo comparativo e objetivo. *Revista Lumen*, São Paulo, v. 2, n. 4, 2018.

SANTOS, Joseane Patricia dos. **Epistemologia da Educação Profissional Tecnológica. Curso em Docência Profissional e Tecnológica**. 2021.

VIEIRA PINTO, Álvaro. **O conceito de Tecnologia**. Volumes 1 e 2. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.